



Mesmo os condomínios já regularizados são alvos de grileiros, que enganam compradores com documentos falsificados

Secretário solicita prisão de grileiros

Os dois estavam vendendo lotes no Condomínio Hollywood

No dia 10 deste mês, o secretário Odilon Aires pediu ao secretário de Segurança, José de Jesus, a prisão de dois acusados de estarem vendendo lotes no Condomínio Hollywood e criando parcelamentos ilegais no Lago Norte: Arnaldo Córdoba Duarte e o pastor Antônio Duarte Filho. Aires alega que “para estancar essa desvairada venda irregular de terras, faz-se necessário que medidas enérgicas sejam tomadas, como a prisão de vendedores de lotes em parcelamentos irregulares”.

O Condomínio Hollywood foi regularizado em dezembro do ano passado e, como deixa claro o presidente da Associação dos Moradores e Proprietários, Alcides Soares de Souza, não há lotes vagos no parcelamento. “E, se houvesse, a proprietária da terra é a Terracap e só a ela caberia a venda”, acrescentou.

Segundo ele, “hoje quem compra lotes situados em terras públicas está usando de má-fé, tanto quanto quem está vendendo”. Além disso, “é jogar dinheiro fora”.

Muitos parcelamentos, para serem regularizados, estão dependendo da licença prévia ambiental do Instituto de Meio Ambiente (Iema) e da aprovação do plano urbanístico pelo Instituto de Planejamento Territorial e Urbano (IPDF).

Nos últimos dias, sem grande alarde, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação coordenou a retirada de 2.700 barracos que ocupavam ilegalmente algumas qua-

dras do Recanto das Emas. Das 2.400 famílias atendidas no Recanto, 1.347 cumpriam os critérios da política habitacional e foram levadas para outro local. Não houve incidentes.

“O governo realiza o levantamento sócio-econômico das famílias que estão nas invasões antes de removê-las, pois é preciso criar as condições necessárias para que, ao sair, elas não voltem a invadir outro local”, disse a secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Ivelise Longhi.

Desde o início do atual governo, todos os dias há uma retirada de invasão ou derrubada de construções e cercas ilegais em terras públicas. Segundo o Siv-Solo, em 1999 o número de barracos caiu de 15 mil para 8 mil.

Ao assumir o cargo, em 1º de janeiro do ano passado, o governador Joaquim Roriz encontrou — segundo números do Siv-Solo do governo anterior — 7.311 famílias, cerca de 30 mil pessoas, morando em barracos no Distrito Federal.

Entre 1989 e 1994, Roriz conseguiu acabar com 64 favelas no DF, que abrigavam cerca de 120 mil famílias, num total de quase 500 mil pessoas. Das 64, 28 eram no Plano Piloto e nos Lagos Sul e Norte — entre elas, a enorme “invasão do Ceub”, que ia da 907 à 915 Norte.

Muitos diziam, naquela época, que seria impossível retirar as invasões do Plano Piloto, mas todas foram extintas sem maiores incidentes,

com exceção de uma única que sobreviveu: a da Telebrasil. Que, agora, está na mira da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Segundo a secretária Ivelise Longhi, as próximas invasões a serem atacadas serão a da Telebrasil, da Estrutural e do Parque Saburo Onoyana, em Taguatinga.

“As áreas públicas são patrimônio de todo o povo brasileiro e não é justo permitir que algumas pessoas se apossam delas sob o argumento de que não têm para onde ir”, diz a secretária Ivelise Longhi. Segundo ela, a política habitacional tem critérios rigorosos de atendimento e quando as invasões são retiradas os moradores que atendem aos requisitos são beneficiados e os que não atendem recebem ajuda temporária para alugar uma moradia ou passagens para voltar às suas cidades de origem.

Os moradores da Telebrasil que comprovarem as condições receberão casas no Riacho Fundo, mas o presidente da associação de moradores da invasão, João Almeida, quer impedir o trabalho dos funcionários do Idhab.

As pequenas invasões e barracos solitários instalados em áreas públicas também estão sendo retirados pelo Siv-Solo. Para coibir as invasões, o GDF decidiu que os inscritos no Programa Habitacional que resistirem à remoção perderão 50% dos pontos e quem não for inscrito e resistir perderá o direito de participar do programa. Além disso, quem já foi

contemplado com moradia pelo programa e tiver vendido o lote e invadido nova área não terá direito a outro terreno. E quem for notificado em uma invasão e se deslocar para outra será processado criminalmente por apropriação de bem público.

“O governo age com rigor no combate às invasões porque não pode permitir esse tipo de ocupação irregular”, explica a secretária Ivelise Longhi. “Caso contrário, estaria fazendo uma injustiça com as pessoas que esperam ordeiramente a convocação para a casa própria”.

Recentemente, o secretário de Assuntos Fundiários determinou o encaminhamento à Polícia Civil, para abertura de inquérito, de toda a documentação apresentada à Secretaria por pessoas que solicitavam a regularização de um condomínio na Colônia Agrícola Vicente Pires. Uma chácara foi dividida em 32 lotes, alguns já ocupados. Os responsáveis pelo parcelamento ilegal responderão a inquérito policial.

“O governo vem fazendo a sua parte, mas é preciso uma colaboração mais decisiva da população, que deve se abster de comprar lotes irregulares, negando, assim, apoio à invasão de terras públicas”, disse o secretário Odilon Aires. Negociar terras públicas — vender ou comprar — é crime previsto no Código Penal.